

Cooperativa do Congresso prejudica ex-funcionários

Associados e ex-funcionários da falida Cooperativa do Congresso Nacional Ltda. estão correndo atrás do prejuízo. Sem estoque e crédito na praça, a cooperativa fechou as portas em 1989, deixando no rastro dezenas de desempregados e muitas dívidas, inclusive trabalhistas, conforme denúncia dos próprios ex-funcionários. Agora, eles lutam na Justiça para receber o que têm direito e tentar anular a venda do terreno onde funcionava a cooperativa, que de acordo com o chefe da auditoria da Câmara dos Deputados foi feita irregularmente.

Todas as acusações são feitas diretamente contra o presidente da cooperativa e funcionário do Senado Federal, José Henrique da Silva, e do diretor administrativo, que também trabalha no Congresso, José Afonso Jácomo do Couto. Eles são acusados de falsificarem documentos para poder efetuar a venda do terreno, de seis mil metros quadrados, onde estava a sede da cooperativa, ao lado da garagem do Congresso.

Segundo Francisco Félix, que durante 18 anos foi tesoureiro da cooperativa e hoje trabalha na Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados, em março de 1991, os dois forjaram a ata de uma assem-

bléia que teria sido realizada para tratar da eleição da nova diretoria, reformulação do estatuto, prestação de contas e outros assuntos. "Eles não divulgaram o horário da assembléia, nós descobrimos e quando chegamos às 11h15 lá, eles já tinham encerrado, com horário de 12h43".

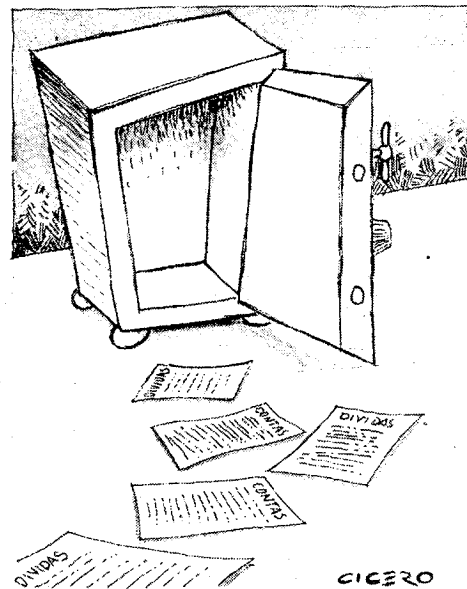
O presidente da cooperativa e o diretor-administrativo são acusados de falsificar documentos para efetuar a venda do terreno de seis mil metros quadrados

Félix diz ainda que nessa "assembléia" foi aprovada a prorrogação do mandato da diretoria por mais dois anos, além do direito da venda do terreno, que foi comprado da Terracap por CR\$ 589 milhões, em valores de junho de 1992 e vendido, um mês depois, por um bilhão e 200 milhões de cruzeiros, para a empresa

paulista Sistema Engenharia e Arquitetura Ltda., conforme consta nos documentos apresentados.

Denúncias — O drama da cooperativa, que tinha cerca de três mil 500 associados e mantinha um supermercado, além de convênios para compra de passagens aéreas e terrestre, remédios entre outros, ganhou apoio do chefe da auditoria interna da Câmara dos Deputados, Edson Pedrosa, que encaminhou ocorrência policial à 2ª DP. Um inquérito policial foi aberto e em dezembro passado, a promotora, Sandra Mendes Gonzaga, ofereceu denúncia contra a cooperativa ao juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Brasília. "Isso é um escândalo, ocorrendo nas barbas do Congresso. Eles embolsaram o dinheiro e não pagaram nada", reclama Pedrosa.

Outros 26 processos por perdas trabalhistas tramitam na Justiça, já que os funcionários não receberam nem rescisão de contrato. Ontem, José Henrique e José Afonso não foram localizados. Nos locais, onde, segundo informações estariam lotados, a Presidência do Senado e a Liderança do PMDB na Câmara, respectivamente, a informação que se tem é que eles não trabalham mais lá, e ninguém sabe dizer para onde foram.



7661 0000 H
CORREIO BRAZILIENSE
02 MAR 1994